

Gestão e comercialização de produtos florestais não madeireiros (pfnm) da biodiversidade no Brasil

José Evaldo Gonçalo (POLI-USP) jevaldog@uol.com.br

Resumo

Vários projetos e programas, sejam governamentais ou privados, atuam direta ou indiretamente na utilização sustentável dos recursos naturais geridos por populações rurais que habitam o cerrado e a floresta tropical. Esses projetos dão suporte a atividades extrativistas de baixo impacto ambiental para a extração de produtos madeireiros e não-madeireiros, tais como frutas secas, polpa de frutas, mel, óleos vegetais, flores secas ornamentais e plantas medicinais, bem como o estabelecimento de sistemas de produção ambientalmente mais adequados para a manutenção da biodiversidade. Em geral, esses projetos focalizam as inter-relações entre grupos locais e seu meio ambiente e a promoção de meios de vida sustentáveis, de modo a estabelecer uma alternativa de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e a cultura local e, ao mesmo tempo, resultem na geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. A partir de entrevistas qualitativas, revisão da bibliografia e análise de dados do IBGE, este trabalho procura avaliar e definir a melhor estratégia de integração dos esforços destes projetos, de modo à melhor gestão e comercialização de produtos florestais não madeireiros (pfnm) da biodiversidade no Brasil.

Palavras-chave: Gestão e comercialização, Produtos florestais, Biodiversidade.

1. Introdução

O potencial de mercado dos produtos de uso sustentável da biodiversidade vem crescendo com o aumento da variedade de produtos não tradicionais, seja em função da extração das florestas ou do cultivo em sistemas agroflorestais. Ao mesmo tempo, ocorre a participação desses produtos na adição da renda dos produtores agroextrativistas em todas as regiões brasileiras e de forma especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. No entanto, os estudos sobre os mercados para esses produtos são ainda insuficientes para atender a demanda crescente de informações que os produtores de base familiar necessitam para organizar a produção e melhorar a renda nas suas unidades produtivas.

Existem diversas iniciativas baseadas na fabricação de produtos florestais não madeireiros (PFNM). Há uma grande preocupação dos produtores para encontrarem alternativas que solucionem os problemas de comercialização e de gestão do processo de produção. Este estudo analisa a gestão e a comercialização dos PFNM, abordando algumas experiências, a problematização da questão e algumas sugestões que, eventualmente, possam ser utilizadas pelos projetos e em outras pesquisas.

Foram feitas reuniões e entrevistas com os coordenadores de projetos que atuam com PFNM, especialmente os: Projetos Demonstrativos Tipo A (PD/A), o Programa de Pequenos Projetos (PPP) – esses dois vinculados ao Ministério do Meio Ambiente; o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) – organizações da sociedade civil organizada e o Projeto de Reservas Extrativistas (RESEX) - executado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais

(CNPT/IBAMA). Além desses, também foram consultados técnicos e assessores de diferentes organismos governamentais e não governamentais do Brasil e alguns internacionais. O objetivo dessas entrevistas foi identificar os principais problemas e as soluções que estão sendo apontados pelos diversos atores nas áreas de gestão e comercialização de PFM.

Além das entrevistas citadas, outro arcabouço teórico importante para este trabalho foi a análise da literatura existente sobre os PFM no Brasil. A pesquisa trata da gestão e da comercialização de PFM diante do extrativismo e do modelo de desenvolvimento mais adequado para as regiões e para as populações locais que extraem ou cultivam tais produtos. Utiliza tabulações especiais do Censo Agropecuário (1995/1996) e do levantamento Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS – 1995/2000) do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para analisar a importância dos PFM na renda dos produtores rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, bem como as características desses produtores e a relevância de cada produto cultivado ou extraído. As questões relacionadas com a organização da produção, identificadas pelos projetos, e os problemas relevantes para a comercialização dos PFM também são explorados neste trabalho.

2. Gestão e comércio de PFM da biodiversidade

O A análise do mercado de produtos florestais não madeireiros (PFM), ou produtos de uso sustentável da biodiversidade à exceção da madeira, adquiriu especial relevância para os produtores agroextrativistas no Brasil. Nos anos recentes, uma grande variedade de produtos não tradicionais tem sido extraída ou cultivada em sistemas agroflorestais, principalmente na região Norte. As informações de mercado para esses produtos são relativamente escassas. Os produtores em geral e os de base familiar em especial dispõem de poucas análises sobre quais mercados estão disponíveis e quais são os mais rentáveis. Parte deste problema é consequência de ainda não estar totalmente formada uma comunidade crítica de usuários ao ponto de acompanhar o levantamento dos dados (SAWYER, REE E PIRES, 1997).

O debate sobre os limites e as possibilidades de comercialização dos PFM, cultivados ou extraídos da floresta, deve ser analisado considerando um modelo de desenvolvimento sustentável. O sistema de produção das regiões onde se originam os PFM é distinto dos sistemas de produção agrícolas tradicionais de outras regiões brasileiras. A pluriatividade, ou seja, a combinação de mais de um tipo de atividade, dentro e/ou fora da propriedade, é uma característica comum para a grande maioria dos sistemas de produção familiares. Parte da produção é consumida dentro da unidade produtiva e parte é destinada ao mercado. O volume de produção dentro de cada uma dessas categorias depende de vários fatores, entre eles as características dos produtos cultivados ou extraídos, o tamanho e a organização das unidades de produção, as condições do mercado e, principalmente, a combinação entre sistemas de cultivo e de extrativismo.

As características básicas da produção extrativista são uma oferta estreitamente relacionada ao esgotamento dos recursos naturais e a uma organização da produção com baixos níveis tecnológicos e baixa produtividade do trabalho. É especialmente relevante considerar que a busca de alternativas na área da comercialização depende de ajustes da produção às condições de demanda de mercado. Alguns esforços têm sido realizados no sentido da industrialização dos produtos extrativistas, como, por exemplo, a proposta de implantação de sistemas agroflorestais (AB'SABER, 2002).

Para Homma (2004), não há dúvidas de que a industrialização aumenta os benefícios da produção extrativista. O autor salienta, entretanto, que a maior dificuldade com os sistemas agroflorestais é o mercado (entenda-se comercialização) para os produtos envolvidos.

Independentemente da abrangência das atividades baseadas no extrativismo, uma das contribuições de Homma (1992 e 2004), que deve ser ressaltada para o estudo da comercialização dos PFNM, é a identificação e a caracterização do extrativismo como um ciclo econômico composto por fases que diferem entre si por meio das condições de oferta desses produtos.

Neste mesmo sentido, Iqbal (2003) argumenta que o comércio dos PFNM é caracterizado por flutuações na oferta que frequentemente quebram o equilíbrio no mercado. Para assegurar uma oferta estável o autor recomenda domesticação e cultivo, intensificação da ação de pesquisa e planejamento, além de diversificação da base de oferta de alguns produtos específicos. Analisando o mercado internacional, Iqbal observa que uma das características do comércio dos não madeireiros é que sua oferta é basicamente originária de países em desenvolvimento. O comércio de PFNM tende a ser inversamente relacionado ao nível do desenvolvimento econômico. Apesar da pressão dos produtos sintéticos que possuem uma oferta regular, os PFNM são potencialmente explorados nos países em desenvolvimento com mão de obra barata e abundante.

Embora o comércio internacional dos PFNM seja relativamente conhecido, o mesmo não ocorre sobre a cadeia de produção e comercialização no mercado doméstico. A viabilidade econômica do extrativismo depende em alguma medida da capacidade de concorrência com outros meios de produção. Segundo Anderson (2005), a perda de competitividade do extrativismo frente às outras formas de produção deve-se em parte à dispersão dos recursos naturais e da população envolvida nesta atividade. A dispersão reduz a produtividade da terra e da mão de obra.

Do ponto de vista da comercialização, a contribuição especialmente relevante de Lescure et. al. (1994) encontra-se na análise sócio econômica e na identificação de atores nas cadeias produtivas e sistemas de produção. Na cadeia de produção podem ser identificados quatro atores principais. Os padrões, os coletadores, os intermediários e os atacadistas. Lescure et.al. (ob.cit.) argumentam que em Manaus três atacadistas controlam o mercado de quase todos produtos tradicionais tais como gomas, castanha-do-brasil e a essência do pau-rosa. Há aproximadamente vinte atacadistas que controlam o mercado de fibras de piaçaba e cipó titica.

Karki e Karki (2003), estudando os produtos originários do *Artocarpus* no Nepal, abordam dois pontos importantes sobre a comercialização, que podem ser extrapolados para a discussão sobre a comercialização dos PFNM no Brasil. O primeiro deles é a importância da infra-estrutura na comercialização. Segundo os autores, o governo tem o papel de desenvolver ou apoiar projetos como câmaras frias e sistema de transporte em *containers* para viabilizar a comercialização da produção agrícola.

O segundo ponto está relacionado com a informação. Os autores partem da análise de que existe uma assimetria de informação e isso favorece a atuação dos intermediários. Caberia também ao governo estruturar centros de informações nas regiões produtoras. O desenvolvimento comunitário de um sistema de informações de mercado foi abordado por Hammett (2003). Segundo o autor, o gargalo para a implementação de programas florestais comunitários em muitos países e particularmente nas Filipinas é a falta de condições para a venda dos produtos oriundos desses programas.

3. Aspectos sócio-ambientais da produção e comercialização dos PFNM

Homma (1992 e 2004) insiste em demonstrar que a atividade da extração vegetal é limitada em função da pouca lucratividade que apresenta quando comparada a outros usos da terra e

dos recursos naturais. Para o autor, a criação de reservas extrativistas principalmente em áreas da Amazônia, além de contraproducente em termos econômicos, parece caminhar na “contramão histórica” (PIRES E SCARDUA, 1998).

Por isso, não se pode analisar o extrativismo apenas pelo aspecto econômico. A importância da remuneração dos serviços ambientais que a preservação dos recursos naturais fornece está presente na análise de Allegretti (1994). A autora sugere que o extrativismo seja analisado sob a perspectiva econômica e ecológica, em que os recursos naturais são vistos como um capital e sua conservação em função do valor dos recursos escassos e não somente da disponibilidade de tecnologia para sua exploração e inserção no mercado.

Há que se considerar também funções sociais e ambientais. As reservas extrativistas podem ser melhoradas usando técnicas agroflorestais, introduzindo tecnologias para promover o enriquecimento de plantas, bem como por meio da implantação de projetos que promovam a industrialização dos produtos das florestas. Desta forma, o extrativismo promoveria a reconciliação entre os interesses de conservação e as necessidades sócio-econômicas.

Existem trabalhos que demonstram a insustentabilidade de atividades pecuárias na região, uma vez que os retornos por hectare são extremamente baixos e que a atividade só encontra sustentação no subsídio governamental (HECHT ET AL., 1988 e ROMERO, 2005). Gasques e Yokomizo (2005) estimaram que os subsídios oficiais para a implantação da pecuária na Amazônia geraram apenas um emprego por US\$ 50 mil investidos.

O extrativismo pode complementar a renda das outras atividades econômicas tornando-se essencial para a sobrevivência da população de baixa renda. Para Schwartzman (2004), o extrativismo não é a solução para os problemas da Amazônia, mas também não está destinado ao desaparecimento. Neste sentido, os produtos extrativistas podem constituir fontes importantes de renda para as populações florestais e as iniciativas para fortalecer e ampliar os mercados para novos produtos devem ser reforçadas.

As políticas mais importantes para isto são as políticas públicas de apoio (sobretudo assistência técnica, crédito para investimento, beneficiamento e comercialização), a pesquisa de tecnologias de produção e industrialização, ampliação da infra-estrutura e organização dos produtores. Uma maneira de melhorar os sistemas agroextrativistas é adicionando valor por meio do processamento local de produtos como o óleo de copaíba, o açaí e buriti, a castanha-do-brasil etc.

A organização da produção deve ser vista como um sistema complexo com implicações econômicas, sociais e ambientais. Da mesma forma, o mercado não pode ser organizado de forma desvinculada do sistema de produção. As estratégias de comercialização dos PFNM têm completa inter-relação com suas estratégias reprodutivas. Por isto, as relações comerciais para produtos agroextrativistas são limitadas quando são planejadas por produtos isolados. Há que analisá-las como parte de um conjunto de estratégias de fortalecimento da cadeia e do sistema produtivo.

4. Análise dos dados

Não existe no país nenhum registro de informações sobre o preço de comercialização dos produtos de uso sustentável da biodiversidade em qualquer parte da cadeia, que vai do produtor à indústria ou ao consumidor final. Os dados até a porteira das propriedades estão, entretanto, atualizados e disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE.

As tabelas de 1 a 3, em anexo, apresentam os dados da extração vegetal da região Norte e Estados selecionados das regiões Nordeste e Centro Oeste. Nestas regiões, mais de 1 milhão

de estabelecimentos declararam R\$ 500 milhões de renda proveniente de atividades extrativas vegetais. Com relação à condição do produtor, observa-se que na região Norte, 78% da renda foi auferida por proprietários e 20% por ocupantes. Na região Centro Oeste o comportamento é semelhante, pois 86% da renda com atividades de extração foi declarada por proprietários de terras. A região Nordeste diferencia-se desse padrão uma vez que 40% da renda com o extrativismo foi auferida por ocupantes, parceiros e arrendatários. Em todas as regiões, a importância do extrativismo na renda agropecuária total é maior para os ocupantes, parceiros e arrendatários do que para os proprietários.

Como se detecta de apontamentos do IBGE e da Embrapa (2006), a importância do extrativismo na renda total é significativamente maior naquelas propriedades em que a atividade econômica principal é a silvicultura e a exploração florestal. Estas propriedades são responsáveis por 73% da renda extrativa total na região Norte e 70% na região Centro Oeste.

É importante ressaltar que existe um grau de informalidade muito grande nas atividades extrativas. Neste sentido, possivelmente os valores e a quantidade registrada pelos órgãos oficiais estão subestimados. Apesar desses problemas, os números podem ser úteis quando observados em participação relativa no valor e quantidade total extraída, pois permitem registrar a importância de cada produto no total além de salientar as diferenças regionais.

Em média, entre 1995 e 2000, cerca de 84% do valor total obtido na extração vegetal no Brasil é originária da exploração da madeira em tora. Esses números variam de acordo com a região. No caso da região Centro-Oeste, a renda do extrativismo é obtida quase que exclusivamente da exploração da madeira em tora, que corresponde a 98% do valor da produção extrativista. A segunda maior participação é verificada na região Norte (93,7%), seguida pelos estados da região Nordeste (57,5%). Em 1995, o valor da produção de madeira em tora no Brasil chegou a R\$ 2,45 bilhões, sendo que R\$ 2 bilhões foram retirados da região Norte, com destaque para o Pará que foi responsável pela extração de R\$ 1,94 bilhão de madeiras em toras. Existem estudos que argumentam que a maior parte da extração de madeira nessas regiões é clandestina. Neste sentido os dados podem estar subestimados.

O valor dos PFNM no Brasil em 1995 foi de R\$ 312 milhões. Na região Nordeste, os estados de Ceará, Bahia, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte foram responsáveis, em 1995, pela produção de aproximadamente R\$ 130 milhões. Entre 1995 e 2000, a maior parcela da produção extrativa vegetal no Nordeste esteve concentrada na produção de fibras (52%), óleo de babaçu (20,3%) e cera de carnaúba (18,69%).

Cabe destacar os dados relativos ao destino da produção. Alguns produtos como cupuaçu, açaí e pupunha são tradicionalmente conhecidos pela sua importância no consumo dentro das propriedades. A maior parte da produção, em média 62%, é comercializada via intermediário. Na média, aproximadamente 10% são vendidos diretamente ao consumidor. Esses números variam de acordo com cada produto, mas duas características relevantes são comuns: i) sempre que há venda direta ao consumidor, o produtor recebe um preço mais alto; e ii) nem sempre o intermediário paga menos que a cooperativa e a indústria.

5. Notas conclusivas

Este trabalho procurou sistematizar o estado atual da gestão e comercialização dos PFNM. Durante a realização das entrevistas e no desenvolvimento de revisão do material bibliográfico, evidenciou-se que muitas informações sobre a produção e a comercialização dos PFNM encontram-se dispersas e pouco acessíveis aos interessados.

Conforme discutido, a organização da produção é um dos principais problemas para a comercialização de PFNM no país. Sem resolver esse gargalo, dificilmente será possível

galgar êxito na inserção de PFNM nos mercados, especialmente os mais exigentes quanto a qualidade e quantidade constantes. O grau de organização da oferta é diferente em cada produto e depende de vários fatores. Os mais importantes estão relacionados com a forma de produção, cultivo ou extração, a integração da produção à indústria processadora ou a firmas especializadas em determinados nichos de mercado e às características de industrialização e beneficiamento dos produtos.

Há consenso também de que existem outros problemas que interferem na organização da produção. Entre esses, destacam-se: a falta de crédito para pequenos produtores agroextrativistas e suas organizações de base; a necessidade de capital de giro para evitar empréstimos bancários onerosos; dificuldades na padronização e qualidade, seleção de embalagem atrativa (*design*) e adequada; falta de certificação de determinados produtos; dificuldades no atendimento dos aspectos fitossanitários e legais; concorrência com produtos industrializados e falta de contatos com os compradores, sejam esses atacadistas ou o próprio consumidor final.

Constatou-se que, segundo os dados do IBGE, a renda obtida pelos produtores com os PFNM, extraídos e cultivados na região Norte, Nordeste e Centro Oeste é de aproximadamente R\$ 206 milhões. A maior parte dos PFNM é cultivada ou extraída por produtores com área total de propriedade até 200 ha e área cultivada até 10 ha. Esta é uma das características das propriedades familiares de base agroextrativistas das regiões estudadas. Nessas propriedades o autoconsumo de uma parte significativa da produção foi verificado em produtos como o açaí e o cupuaçu. Onze produtos representam mais de 95% da renda total dos PFNM, sendo extraídos: açaí (fruto e palmito), castanha-do-brasil, borracha (líquida e coagulada), cupuaçu, babaçu, carnaúba e piaçaba; e cultivados: borracha (líquida e coagulada), graviola, guaraná, palmito, urucum, açaí (fruto), cupuaçu e pupunha.

As iniciativas desenvolvidas atualmente, em geral, são isoladas e resultam na pulverização de recursos e na duplicação de esforços. Como atuam sem uma estrutura mais ágil de comunicação entre os projetos, repetem erros já cometidos por outros. Existem inúmeras possibilidades de ajustar essa desconexão, potencializando-se os esforços.

Nos projetos estudados, há um relativo entendimento comum da necessidade de agir de maneira conjunta, sobretudo na sistematização das informações disponíveis. Considerada essa realidade, a estruturação de ação conjunta na área da comercialização de PFNM pode ser encaminhada em parceria pelas instituições, outras agências de financiamento e os projetos apoiados. A base desse esforço coletivo pode ser consubstanciada na implementação de um banco de dados em comercialização e outros mecanismos de sistematização de informações, além de apresentar alternativas viáveis para aumentar a eficiência dos esforços isolados e diminuir a pulverização de recursos.

Por último, cabe ressaltar que existem poucos trabalhos que procuram caracterizar a produção e os produtores dos PFNM. Este trabalho apresentou alguns dados a partir do Censo Agropecuário 95/96 que merecem maiores detalhes e aprofundamentos. Estudos de maior profundidade baseados no Censo podem responder questões importantes sobre a organização da produção e contribuir para a busca de alternativas de desenvolvimento social e ecologicamente sustentáveis.

Referências

AB'SABER, A. *Um rol de propostas para a Amazônia.* Conference on Environmentally Sound Socio-Economic Development in the Humid Tropics'. Manaus – AM, 2002.

ALLEGRETTI, M. *Extractive Reserves: An alternative for reconciling development and environmental conservation in Amazônia*. In: ANDERSON, A. (ed.) *Alternative to Deforestation: Steps Toward Sustainable Use of the Amazon Rain Forest*. New York: Columbia University Press, 1994.

ANDERSON, A. B. *Estratégias de uso da terra para reservas extrativistas da Amazônia*. Pará Desenvolvimento. Belém- PA, 2005.

EMBRAPA/CNPQ. *Recursos naturais não madeireiros*. Rio Branco-AC: Embrapa, 2006.

GASQUES, J. G. & YOKOMIZO, C. *Resultados de 20 anos de incentivos fiscais na agropecuária da Amazônia*. Rio de Janeiro: ANPEC, 2005.

GONÇALO, J.E; DE NEGRI, J.A; PIRES, M.O; MAGALHÃES, R.S. *Comercialização de produtos do uso sustentável da biodiversidade no Brasil*. Brasília: PNUD, 1999.

HAMMETT, A.L. Developing community-based market information systems. In RAINTREE, J. & FRANCISCO H. *Marketing of Multipurpose Tree Products in Asia. Proceedings of an international workshop held in Baguio City, Philippines*. Dezembro, 1993.

HECHT, S.B., NORGAARD R. & POSSIO, G. *The economics of cattle ranching in eastern Amazônia*. Manaus, AM: Interciência, 1988.

HOMMA, A.K. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. EMBRAPA: Brasília, 2004.

HOMMA, A.K. *The dynamics of extraction in Amazônia: a historical perspective*. In NEOSTAD & SCHWARTZMAN (eds.) **Non-Tinber Products from Tropical Forests: Evaluation of a Conservation and Development Strategy**. *Advances in Economic Botany*, vol. 9, 1992.

IQBAL, M. *International trade in non-wood forest products: an overview*. Roma: FAO, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados da PEVS 1995/2000 e Censo Agropecuário 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KARKI, M; KARKI, J. *Strategies for improving market infrastructures and information for MPTS products: case studies of Arthocarpus species in Nepal*. In In: RAINTREE, J. & FRANCISCO H. *Marketing of Multipurpose Tree Products in Asia*. Philippines, 2003.

LESCURE, J.P; FLORENCE, P; EMPERAIRE L. *People and forest products in Central Amazônia: the multidisciplinary approach of extrativism*. In CLÜSENER-GODT, M. & SACHS, I.. *Extrativism in the Brazilian Amazon: perspectives on regional development. MAB Digest n° 18*. Unesco, 1994.

MARSHALL, E; RUSHTON, J; SCHRECKENBERG, K. *Herramientas prácticas para investigar la comercialización exitosa de PFM: un manual de métodos*. Roma: FAO, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Produtos potenciais da Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

PIRES, M. O.; SCARDUA, F. *Extrativismo Vegetal Não Madeireiro no Cerrado*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), 1998.

ROMEIRO, A. R; REYDON, B; LEONARDI, M. L. A. (orgs). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP, 2005.

SAWYER, D.; REE, M. V.; PIRES, M. O. *Comercialização de espécies vegetais nativas do Cerrado*. Brasília: ISP, 1997.

SCHWARTZMAN, S. *Mercado para produtos extrativistas da Amazônia brasileira*. In ARNT, A. R. *O destino da floresta. Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ANEXO

	Brasil	NO	NE	CO
Alimentícios	54,2	75,1	5,6	57,3
Açaí	12,6	49,5	0,5	0

Castanha do Pará	2,3	9,1	0	22,9
Mangaba	0	0	0,1	0
Palmito	4,4	16,3	0	34,5
Outros	35	0,1	5	0
Aromáticos, medicinais etc	0,9	0,9	1	2,1
Borracha	4	16,1	0	4,4
Caucho	0	0	0	0
Hevea (látex coagulado)	3,9	15,4	0	4,4
Hevea (látex líquido)	0,2	0,6	0	0
Ceras	7,7	0	18,7	0
Fibras	21,7	0,8	51,9	0,1
Gomas não elásticas	0	0,2	0	0
Oleaginosas	11,3	7	22,6	36,1
Babaçu	10,1	6,7	20,3	0
Copaíba	0	0	0	1,7
Cumaru	0	0	0	0
Licuri	0,6	0	1,5	0
Oiticica	0,1	0	0	0
Pequi	0,2	0	0	34,4
Tucum	0,2	0	0	0
Outros	0	0,4	0,8	0
Tanantes	0	0	0,1	0
PFNM	100	100	100	100
PFNM / Total extrativismo	15,7	6,3	42,3	1,5

Fonte: IBGE

Tabela 1 – Participação percentual média, no período de 1995 a 2000, dos principais PFNM

PFNM mais extraídos no NO	Produto	Informantes	Quant. Obtida	Quant. Venda	Valor R\$ \times 1000
Pará Amazonas Acre Tocantins Rondônia	Açaí (fruto), Açaí (palmito) castanha-do-brasil, Borracha coagulada, Cupuaçu, Babaçu, Pupunha, Bacaba (caroço), Murici, Buriti (coco), Bacuri, Piaçaba (fibra), Malva (fibra), Taperabá, Babaçu (amêndoa), Caju (fruto), Pequi (fruto), Copaíba (óleo), Abiu, Andiroba (semente), Timbó, Abricó, Tucum, Angico (casca), Jaborandi (folha), Balata (goma), Borracha líquida	108.000	282.933	215.080	67.324
Participação no valor total de PFNM na região NO (%)			99	99	99

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

Tabela 2 – PFNM extraídos da região Norte

PFNM mais extraídos no NE	Produto	Informantes	Quant. Obtida	Quant. Venda	R\$ \times 1000
Maranhão Piauí Bahia Ceará	Babaçu (amêndoa), Umbu, Açaí (fruto), Carnaúba (pó de palha), Licuri (coquinho), Piaçaba (fibra) Buriti (coco), Caju (castanha), Carnaúba (palha), Carnaúba (fibra), Pequi (coco), Bacuri, Ouricuri, Outras fibras, Licuri (folhas), Borracha coagulada, Timbó, Oiticica (semente), Açaí (palmito), Borracha	183.000	194.098	159.684	65.138

	liquida.				
Participação no valor total de PFNM na região NE (%)			94	96	95

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

Tabela 3 – PFNM extraídos da região Nordeste